



ROMPENDO COM O REINO DAS APARÊNCIAS: A LUTA GLBT CONTRA O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE.

Astor Vieira Júnior¹

Resumo:

Ao longo dos tempos os sujeitos têm sido ordenados e classificados em razão de seus desejos e preferências sexuais, a partir de normas e valores essencialmente culturais. Nesse sentido uma teia de discursos foi forjada para aprisionar a sexualidade humana. Entretanto, a partir da segunda metade do século XX uma série de movimentos vem contribuindo para o empoderamento identitário, através do sentimento de pertença, de homens e mulheres que optaram por viver seus desejos, divergindo dos critérios normatizantes. O objetivo desse trabalho é demonstrar, através de revisão de literatura, que esta tem sido uma estratégia cultural encontrada por grupos e por pessoas para se firmarem com cidadãos e cidadãs, que por conta de suas preferências, desejos ou aparências, historicamente, foram obrigados ao silêncio e a invisibilidade.

Palavras-chave: Movimento GLBT; Identidade cultural; Discurso.

Introdução

As sociedades ocidentais demonstraram muito interesse, ao longo dos séculos, em encontrar explicações globais para justificar os motivos que levariam um indivíduo a ter relações sexuais com outro indivíduo. Por conta disso, toda uma teia de discursos, de saberes, de análises, de injunções foi construída para aprisionar o sexo, tornando-o objeto de disputa de poder, obrigando o ser humano, há séculos, a permanecer atado à tarefa de dizer tudo sobre ele. Dizer exaustivamente, segundo dispositivos discursivos diversos, mas todos constrangedores, tornando-o alvo do olhar de religiosos, cientistas, médicos, educadores, etc., com vistas a sua normatização, vigilância e controle (FOUCAULT, 1983; 1984; 1985).

¹ Mestrando em Cultura & Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, bolsista FAPESB.

E-mail: astorvieira@yahoo.com.br

Como se sabe toda essa discursividade trouxe consigo interditos e proibições, produzindo efeitos que, em geral, resultaram em preconceito, discriminação e intolerância.

O objetivo desse trabalho é demonstrar, através da revisão de literatura que, como no dizer de Louro (2004), ao longo dos tempos, a partir de padrões e referências, normas e valores essencialmente culturais, os sujeitos vêm sendo classificados, indicados, ordenados, hierarquizados e definidos pelas suas preferências, desejos, e aparências.

Sodomia: do pecado ao delito

O aspecto mais relevante do mundo anterior ao advento da lei mosaica² é o fato de que poucas culturas demonstraram qualquer preocupação “moral” significativa com as relações entre pessoas do mesmo sexo. Isto equivale a afirmar que a maioria das culturas parecia aceitar, por exemplo, que os homens pudessem ter relações sexuais entre si (NAPHY, 2004).

A maioria das religiões anteriores ao aparecimento do monoteísmo no Oriente Médio, os modelos (deuses/deusas) idolatrados, imitados e adorados apresentavam uma imagem de ambivalência sexual – na prática, a bissexualidade, era uma norma teológica. E mais, que tais religiões abundavam em todas as variedades e permutações de atividade sexual. Por conta dessas normas, o sexo e a atividade sexual acabaram tornando-se um importante componente, não só da crença religiosa, mas também do seu culto e exercício (NAPHY, 2004).

Esse imbricamento da sexualidade com a religião se efetivava através da elevação do ato sexual à condição de rito religioso, exercido nos santuários por prostitutas e prostitutos com os devotos masculinos nas antigas Mesopotâmia, Fenícia, Corinto, Cartago, Sicília, Egito, Líbia e África Ocidental (NAPHY, 2004).

O filósofo francês Michael Foucault em *História da sexualidade: o cuidado de si*, (1985), analisando o livro *A chave dos sonhos*, escrito por Artemidoro³, aponta que o autor dedica quatro capítulos aos sonhos sexuais, organizando-os em torno de três tipos de atos: os que são conforme à lei, os que são contrários à esta, e por fim, os que são

² As leis que Deus outorgou aos israelitas através de Moisés, começando pelos Dez Mandamentos – Deuteronômio 5:6-21.

³Escritor grego nascido em Héfeso por volta de 150 d.C

contrários à natureza. No primeiro grupo estão incluídos os atos conjugais, as relações de uma amante, a relação ativa e passiva com um outro homem, ou ainda a masturbação. No segundo o incesto, compreendido no sentido bem restrito das relações entre pais e filhos e o último, dividido em dois grupos distintos, a posição fixada pela natureza para o ato sexual e as relações nas quais é o parceiro que, por sua própria natureza define o caráter antinatural do ato, como a relação com os deuses, com os animais, com os cadáveres, consigo mesmo ou entre duas mulheres (FOUCAULT, 1985).

Sem dúvida nenhuma a forma de relação privilegiada por Artemidoro era a da penetração, por isso a relação entre mulheres estava categorizada como “fora da natureza”. Já por haver penetração na relação entre dois homens, embora pudesse ser considerada vergonhosa ou inconveniente para um dos dois submetidos a ela, não haveria neste ato, nenhuma transgressão natural.

O autor de *A chave dos sonhos* achava formidável e de bom prognóstico um sonho onde o sonhador exercia sua atividade sexual com o parceiro segundo um esquema conforme àquilo que é ou que deve ser sua relação com esse mesmo parceiro na vida social e não sexual, ou seja, era bom ser “ativo” com seu escravo (qualquer que fosse o seu sexo), com uma ou um prostituto, bem como com um rapaz mais jovem e pobre, da mesma forma que seria bom ser “passivo” com alguém mais velho e mais rico.

Entretanto, tudo mudaria com a expansão do judaísmo e das religiões monoteístas. Por atribuir grande importância à pureza ritual e à propagação étnica, o judaísmo revelou-se completamente diferente das outras religiões. Além de ser monoteísta, o judaísmo também possuía um código, a lei mosaica, que colocava o comportamento e o ser em primeiro plano, realçando o impacto dos próprios atos.

Diferentemente dos deuses dos seus vizinhos, que praticavam o sexo por prazer, como faziam seus adoradores, o Deus de Israel não tinha qualquer relação sexual. No entanto, deixou uma ordem explícita para procriar: “Deus abençoou-os [ao homem e à mulher que tinha criado] e disse-lhes: “Sedes fecundos, multiplicaivo-os, enchei e dominai a terra” (Gênesis 1:28), assim como ordenou, também, aos outros animais. Como se vê, dissociou completamente o sexo do prazer, interessando apenas a procriação. Embora, como assinala Naphy (2004, p. 38), os teólogos modernos, sobretudo os do século XX, tenham encontrado um espaço para o “prazer”, a Bíblia tem

uma abordagem bastante utilitária do sexo, daí que práticas como o incesto ou a relação sexual entre homens eram explicitamente condenados.

Ainda segundo Naphy (2004), o centro do interesse da lei judaica era a procriação e não o ato sexual em si, ainda que entre dois homens. O judaísmo estaria apenas a assegurar que a penetração fosse procriadora, castigando com a pena de morte os homens que praticavam sexo com os iguais, do mesmo modo que os que amaldiçoavam os próprios pais, os que blasfemavam ou praguejavam, os filhos rebeldes ou bêbados, os adúlteros e os médiuns espirituais.

Assim, já que o sexo foi dado ao homem unicamente com os propósitos da reprodução, a sua utilização de qualquer outra forma ou atividade que não levasse ou não pudesse levar a procriação era um pecado contra a natureza, a sodomia.

O termo sodomita é de origem judaica. As razões para o posicionamento judaico a respeito das relações sexuais podem ser entendidas nas afirmações de Guash (2000, p. 41) que diz que uma sociedade de caráter patriarcal como a hebraica produziu uma cultura que primava pelos valores do homem e minimizava a importância de tudo que estava associado às mulheres. Essa mesma sociedade, ameaçada por seus vizinhos, também condenava as sexualidades que não visavam à procriação, por razões demográficas que tem a ver com a reprodução do povo “eleito por Deus”.

Também em Roma, até a instauração do cristianismo, a sexualidade, que era baseada na tolerância e na indiferença, era algo privado, exceto nos casos em que a ordem social fosse alterada. A sexualidade masculina, então, era associada ao poder, ao controle e ao domínio dos demais, por isso, que nada mais natural que os homens livres fossem ativos nas relações sexuais com seus escravos, porém, como entre os gregos, seria uma desonra se um cidadão livre se entregasse passivamente a outro homem, sobretudo se este homem fosse um escravo, o que tornaria a falta ainda mais grave.

Entretanto, quando o cristianismo se consolida como religião no Império Romano, se inicia a intolerância com a sexualidade. Embora, como afirma Boswell (1985) *apud* Naphy (2004), não se pode atribuir exclusivamente à nova religião tal intolerância, pois, ao longo do Baixo Império, todas as tradições filosóficas da época manifestaram uma crescente intransigência a respeito do prazer sexual, sendo impossível distinguir seus preceitos dos preceitos pagãos.

Em meados do século VI, Justiniano⁴ é quem primeiro define legalmente o sodomita como um delinqüente civil, pois até então a condenação era feita através de um discurso religioso, de certo modo, indulgente, pois como castigo por suas práticas excomungava-se em vez de queimar. Assim,

Ao largo de toda a Idade Média, cada vez que se pretendia controlar os dissidentes religiosos, políticos e sociais e, para conseguir sua desqualificação global, a acusação que se utilizava contra eles era a de cometer o pecado de sodomia. Desse pecado foram acusados os albigenses, os Templários e os árabes (GUASH, 2000, p. 49).

Do século XIII em diante, o pecado de sodomia se transforma em delito porque atenta contra a natureza⁵, ou seja, contra o modelo estabelecido por Deus para que as criaturas racionais participassem da Lei Eterna. A partir daí toda sexualidade que não contemplasse a procriação seria perseguida, assim como seriam perseguidos os pobres, os ciganos e os convertidos, sobretudo pelos tribunais inquisitórios.

As invenções da homossexualidade e do sujeito homossexual

A partir do século XIX, respaldada pelo pensamento iluminista, a Razão se transforma em ciência positiva. Assim, conseqüência desse paradigma, a medicina vai oferecer à burguesia novas legitimidades para o controle social, sobretudo, dos dissidentes sexuais.

Desse modo, toda a forma de comportamento que não obedecesse aos padrões definidos como “normais” pelo grupo social dominante, estaria sujeita a interferência médico-legal, e assim se procedeu com a sexualidade não procriadora, que não apenas deixava de produzir novos integrantes para o “rebanho de Deus”, mas, sobretudo, os potenciais trabalhadores tão necessários à nova ordem econômica e social.

Então, surge a figura clínica do *homossexual*, termo lançado originalmente, na Alemanha, em 1869, pelo médico austro-húngaro Karl Maria Kertbeny, sendo amplamente utilizado pela ciência, que pretendia com o termo a obtenção de enfoques

⁴ Imperador Romano do Oriente que governou desde agosto de 527 até sua morte em novembro de 565.

⁵ Segundo a Summa Teológica 2-2,2. 154, a.11,3 de Tomás de Aquino, eram considerados “vícios contra a natureza” a polução sem união sexual, a bestialidade, a união do sexo indevido (homem com homem; mulher com mulher) e a falta de respeito ao modo natural de realizar o coito.

mais rigorosos que subjetivos no tratamento das sexualidades não ortodoxas (TREVISAN, 2004; SILVA, 2006).

Para Foucault (2001, p. 233), a construção da homossexualidade tinha objetivos pré-determinados, que seria “o ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e de controles novos”. Se antes os praticantes das sexualidades heterodoxas eram percebidos como libertinos e às vezes delinquentes, que podiam, mesmo raramente, ser punidos com a morte pelo fogo, agora passavam a ser percebidos no interior de um parentesco global com os loucos, como doentes do instinto sexual, justificando por isso, os tratamentos no interior dos asilos.

Assim sendo,

A homossexualidade e o sujeito homossexual são invenções do século XIX. Se antes as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas como sodomia (uma atividade indesejável ou pecaminosa à qual qualquer um podia sucumbir), tudo mudaria a partir da segunda metade daquele século: a prática passava a definir um tipo especial de sujeito que viria a ser assim marcado e reconhecido. Categorizado e nomeado como desvio da *norma*, seu destino só poderia ser o segredo ou a segregação – um lugar incômodo para permanecer (LOURO, 2004, p. 29, grifo da autora).

Reforçando esse entendimento e ampliando a questão, Óscar Guash (2000), baseado numa perspectiva nominalista⁶ em que nada existe se não é reconhecido, pensado e nomeado, enfatiza que tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade são construções míticas, produtos da história e da cultura.

Para este autor, a heterossexualidade enquanto relato e história sagrada, se ajusta bem as funções sociais do mito: cumpre a tarefa de explicar o mundo, neste caso o dos desejos e dos afetos, além de garantir a estabilidade das coisas, no caso específico, uma ordem social que se pretendia intocável.

Enquanto a heterossexualidade, que não é um construto universal, e sim uma criação histórico-cultural gestada pelas tradições judaico-cristãs numa época em que estas designavam as formas de organização social do ocidente, um “monstro lingüístico”, um erro histórico que condiciona negativamente a vida afetiva de milhões de seres humanos, que têm seus afetos, suas emoções e suas experiências limitados, a homossexualidade é um produto de nossa época (GUASH, 2000, p.17).

⁶ O Nominalismo como tradição filosófica defende que a realidade é tão somente os nomes que as pessoas dão as coisas: os humanos constroem a realidade nomeando-a. A cultura (um processo subjetivo) transforma a realidade ao desenhar distintas maneiras de relacionar-se com ela.

A perspectiva de pensar a heterossexualidade nestes moldes também nos remete compreendê-la, como propõe Silva (2006, p.14), como sendo uma estratégia de manutenção de poder, que ao mesmo tempo em que viabiliza a escritura de uma memória e de uma história oficial opressora e traumatizante, também impossibilita a emergência do dissenso, da diversidade e da diferença. Pensar a sexualidade e o desejo como fenômenos livres do discurso mitificador é permitir a emergência de outras formas de sexualidade, onde o pluralismo instaura a possibilidade da existência de novas identidades e sujeitos.

Saindo do armário: o nascimento do movimento gay

Com a Segunda Guerra Mundial a legitimidade médica para o controle social da sexualidade começa a perder espaço. Os estudos de William Reich⁷, Alfred Kinsey⁸ e Margaret Mead⁹ reforçam essa condição, que mais tarde, com a revolução sexual dos anos sessenta do século passado, será ampliada.

Embalado pelo movimento feminista que apregoava que o prazer sexual era um direito de nascença e, pelos protestos dos jovens que gritavam por liberdade,

[...] alguns homossexuais norte-americanos saem de seu silêncio forçado para pôr termo a uma clandestinidade dolorosamente sentida como patológica. Para começar, eles mudam de designação. Em vez de “homossexuais”, que tem uma conotação médica ligada à perversão, eles preferem a denominação de “gays” (que existe desde o século XIX), mais neutra, que designará uma cultura específica e positiva (BARDINTER 1992, p. 113 *apud* NUNAN, 2003, p. 104).

Entretanto, Silva (2006) nos aponta que as raízes do movimento de liberação de gays e lésbicas são anteriores aos anos de 1960. Para este pesquisador, há três momentos históricos na luta de gays e lésbicas pela sua emancipação social: o primeiro, que resultou na proliferação de organizações tanto na Europa como nos Estados Unidos

⁷ Freudiano e marxista propõe que as neuroses são causadas por problemas baseados no comportamento sexual atual e não na sexualidade do passado, apontando ainda a família e a sociedade como instâncias repressoras.

⁸ Primeiro teórico a aplicar técnicas sociológicas quantitativas no estudo da sexualidade humana, procedimentos utilizados até hoje.

⁹ Antropóloga que escreveu nos anos trinta do século XX, tendo seus estudos recuperados nos anos sessenta. Introduziu o que ficou chamado de Relativismo Sexual, teoria que afirmava ser necessário avaliar as condutas sexuais em função do seu contexto cultural.

da América, inspirados nos existentes na Alemanha da metade do século XIX e início do século XX; o segundo que se inicia após a II guerra mundial, conhecido como *Movimento Hemófilo*¹⁰ melhor organizado e ideologicamente orientado ao assimilacionismo social, e por fim, o confronto policial ocorrido na noite de 28 de junho de 1969, na cidade de Nova York, nos Estados Unidos.

Trata-se do episódio ocorrido no bar *Stonewall Inn*. Naquela noite, alegando descumprimento na venda de bebidas alcoólicas, policiais invadem o estabelecimento conhecidamente freqüentado por gays, lésbicas e travestis, com o objetivo de fechá-lo. Seus freqüentadores, cansados das pressões por propinas e motivados pelas barricadas de Paris¹¹ ocorridas no ano anterior, atacam os policiais com pedras e garrafas gritando palavras de ordem como “Poder Gay” e “Sou bicha e me orgulho disso”. Os policiais tiveram que chamar reforços e a batalha prolongou-se por cinco dias, atraindo a atenção de moradores e da imprensa. A cidade parou para assistir ao episódio, que só foi resolvido com a intervenção do Prefeito Municipal (OLIVEIRA, 2002; NUNAN, 2003; OLIVEIRA, 2004; SILVA 2006).

Desde então, o dia 28 de junho é comemorado em mais de 140 países como o Dia Internacional do Orgulho Gay, através de diversas Paradas ao longo dos meses de janeiro a dezembro:

Doravante não são mais nem médicos nem padres que fazem da homossexualidade uma categoria à parte, uma espécie: são os próprios homossexuais que reivindicam sua diferença, e que assim se opõem ao restante da sociedade, ao mesmo tempo em que exigem um lugar ao sol (ARIES, 1985, p.82 apud NUNAN, 2003, p.107).

Esse ato então ficou conhecido com o significado social de “sair do armário”. Se antes sair do armário significava a aceitação da sexualidade heterodoxa, com o movimento gay transforma-se num processo político, através do qual o indivíduo questiona, com orgulho e desafio, a hegemonia heterossexual, tornando-se ao mesmo tempo visível e culturalmente inteligível. Embora, como se sabe, um indivíduo não escolhe ser homossexual, mas viver publicamente suas preferências sexuais é uma

¹⁰ Expressão cunhada pelo ativista dos direitos homossexuais dos Estados Unidos da América, Harry Hay, e seus amigos, com o propósito de criar confusão na homofobia instituição reinante à época.

¹¹ Movimento coordenado pelos estudantes da Universidade de Sorbonne, Paris, em 1968, que mudaram todo o sistema educacional francês, derrubando o presidente Charles de Gaulle e inspirando estudantes de todo o mundo pela causa revolucionária.

escolha que tem contornos de identidade. Então “sair do armário” é muito mais que se mostrar, é instaurar uma identidade, a identidade gay.

O Gay Power à brasileira

Para autores como Nunan (2003), França (2006) e Silva (2006) no Brasil o movimento gay, nos moldes norte-americanos pós-*Stonewall*, só veio a acontecer a partir da segunda metade de 1970, do século passado.

Entretanto, vários estudiosos detectaram que, desde muito cedo, as práticas de sexualidades não convencionais já grassavam no Brasil.

No Brasil Império, por volta de 1872, o Rio de Janeiro já possuía toda uma movimentação de locais onde era comum além da freqüência, a locação de espaços para a prática da sodomia (GREEN & POLITO, 2004).

Mas é através da imprensa, e por conta do movimento Gay estadunidense do final dos anos de 1960, que surgem no Brasil as primeiras considerações não negativas sobre a homossexualidade. A partir de 1977 uma verdadeira explosão discursiva sobre a homossexualidade se instaura no Brasil. Em 1978, em plena ditadura militar, surge o primeiro jornal de porte com tiragem nacional, *O Lampião da Esquina*, que reunindo um grupo de jornalistas e intelectuais com ampla experiência profissional, debateu questões ligadas à homossexualidade e ao movimento gay (GREEN & POLITO, 2004).

Nos anos 80, com o surgimento da AIDS o número de grupos gays diminui progressivamente, apesar da sobrevivência de grupos iniciais como o *Grupo Gay da Bahia*, em atuação até hoje. Nos anos 90, após a crise inicial da epidemia e pelo fato do processo de redemocratização do país estar mais seguro, o movimento gay brasileiro ganha força. Em 1995 é fundada a *Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis – ABGLT*, com finalidade de coordenar ações afirmativas em todo o país. Em 28 de junho de 1996, na praça Roosevelt, em São Paulo, é realizada a primeira manifestação pública do orgulho GLBT, de tantas outras que se sucederiam, graças aos esforços de militantes de grupos como o Etc. & Tal, e o Centro Acadêmico Estudos sobre Homossexualidade, da Universidade de São Paulo – CAEHUSP.

Embora em nosso país não exista nenhuma lei federal que criminalize a homossexualidade, também não há, de fato, nenhuma lei que estabeleça direitos concretos à sua proteção. De todo o modo não se pode negar que, timidamente vem se

efetivando alguns avanços no campo da legislação, como por exemplo, as ações judiciais proferidas pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em favor dos interesses de gays que acabaram virando jurisprudência no país (NUNAN, 2003).

Entretanto, no terreno jurídico,

[...] o ápice das lutas por direitos homossexuais ocorreu em torno da reivindicação pelo direito à união civil entre pessoas do mesmo sexo. O elemento deflagrador foi o projeto de lei 1.151/95, conhecido como projeto de *Parceria Civil Registrada* e criado pela então deputada federal Marta Suplicy (PT), seguindo uma tendência internacional (TREVISAN, 2004, p. 381, grifos do autor)

Barrado pelas forças tradicionais do Poder Legislativo Federal, sobretudo pela bancada evangélica, o projeto de Parceria Civil Registrada continua paralisado, emperrado na burocracia regimental deste poder.

Em 2004, o Governo Federal lança o programa *Brasil sem Homofobia*. Uma ação governamental que nasceu de uma ampla discussão com a sociedade civil organizada e com o movimento GLBT do país, cujo principal objetivo, é combater a discriminação e a violência contra gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais. Embora, ainda, com poucos resultados práticos, o programa é um avanço na garantia dos direitos humanos dos homossexuais.

Movimentos em rede: a pluralidade GLBT

É consensual entre os estudiosos do tema o caráter fragmentário do movimento gay, tanto no mundo, quanto no Brasil (FRY, 1982; GREEN, 2002; TREVISAN, 2004; SILVA, 2006).

Apesar das mulheres estarem incluídas no universo homossexual, elas são postas à margem devido à ignorância que, muitas vezes, permeia o grupo e a sociedade. Curiosamente, apenas gay está posto como identificação a homossexual e homossexualidade. Subliminarmente, isso equivale a dizer que a mulher lésbica está posta fora desta disputa política, pois este tipo de disputa é um retrato da atividade e não-passividade; é coisa para macho (SILVA, 2006).

Assim sendo, dentro da sua estrutura, o próprio movimento homossexual tomou consciência de que ser gay frequentemente significava ser homem, branco e de classe média, e que, portanto, o termo seria insuficiente para abarcar todo mundo (ERIBON, 2000, p.97).

Para Silva (2006), a tentativa de construção de uma identidade gay, nos anos 70 do século passado, pelos militantes e setores da sociedade que encampavam a luta por direitos humanos, com o intuito de que fossem construídas representações positivas dos homossexuais, assumiu um caráter unificador e assimilacionista, buscando a aceitação e integração de homossexuais na sociedade.

Desse modo, muito mais que as prioridades políticas defendidas pelos vários subgrupos que formavam a chamada comunidade gay, o que de fato estava sendo questionado era a construção de uma identidade homossexual forjada exclusivamente na experiência masculina, o que não garantia a possibilidade da diversidade nem das diferenças, tão marcantes na comunidade. Desse modo a nomenclatura gay tornou-se insuficiente para abarcar a totalidade do movimento homossexual. Ampliado, o movimento torna-se GLBT.

Entretanto, ainda hoje, de modo acentuado, no interior da comunidade “bissexuais e transgêneros não são compreendidos e até mesmo aceitos por uma ampla parcela dos segmentos LG” (SILVA, 2006, p. 461).

Por outro lado, os estudos surgidos por volta dos anos de 1990, apoiados fortemente na teoria pós-estruturalista francesa e na desconstrução como método de crítica literária e social, ampliaram a problematização das noções clássicas de sujeito, identidade e de identificação, entre outros. Assim, baseado em procedimentos metodológicos como o de Jacques Derrida¹², para quem a lógica ocidental opera, tradicionalmente, através de dualidades, tais estudos propõem desconstruir binarismos lingüísticos e conceituais como os de homem/mulher, masculinidade/feminilidade, homossexualidade/heterossexualidade, objetivando minar o pensamento que elege e fixa uma idéia, uma entidade ou um sujeito como fundante ou como central, determinando a partir desse lugar, a posição do “outro”, o seu oposto subordinado (LOURO, 2004, p.42).

Esse constructo teórico servirá, por exemplo, para respaldar todos os ativistas que desejam liberta-se de uma identidade generalista e binária, insuficiente para nomeá-los. Surge a *queer theory*.

Contornos de uma teoria e uma política pós-identitária

¹² Filósofo francês (1930-2004), criador do método chamado de Desconstrução. Seu trabalho é freqüentemente associado como pós-estruturalismo e pós-modernismo. As principais influências de seu pensamento são Sigmund Freud e Martin Heidegger.

Como foi sinalizado, a partir dos anos de 1990, emerge uma nova linhagem de estudos identitários. Entre os suportes teóricos que fundamentam tais estudos, está o que academicamente ficou conhecido como pós-estruturalismo francês e em percepções a cerca da contemporaneidade como as de Stuart Hall (1997), para quem, os velhos desenhos culturais estão se fragmentando e as velhas identidades, em declínio.

Tais referenciais, entre outras, vão possibilitar a emergência de um movimento “anti-identitário”, a *queer theory*, que dentre tantas ações, vai criticar qualquer política de identidade baseada, numa dualidade de orientação sexual, se propondo a romper seus espaços fixos e finitos, partindo do princípio de que a sexualidade não possui significados a priori, mas significados relacionais que se constroem, se imitam e são imitados (TALBURT, 2005, p. 25).

Assim, o significado pejorativo da palavra *queer*, que no inglês equivale a estranho, esquisito, efeminado, bicha, é semanticamente subvertido, como nos aponta Ernest Alcoba (2005), para designar um movimento que irá afirmar tanto os direitos das diferentes orientações sexuais, como também, para minar um pensamento que aprisiona o outro numa etiqueta única e imutável.

Para Louro (2004, p. 38), o termo *queer*, com toda a sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade, mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Assim, a teoria *queer* se arvora como porta-voz de travestis, transexuais, bissexuais, hermafroditas, entre outros, não deixando por menos de eleger, como seus próprios inimigos, os próprios gays e lésbicas (LOURO, 2004).

Desse modo, como sintetiza Didier Eribon (2000, p. 97), ser *queer* é querer apagar as fronteiras, abrir as portas a todos os “desviados”: os bissexuais, os transexuais e até os heterossexuais que recusam as “normas” da sexualidade. Assim parece ser na contemporaneidade.

Conclusão

Ao longo de séculos, a sexualidade humana foi alvo de diversos interesses, sendo forjada através de múltiplos discursos que proporcionaram interditos e proibições, alimentando preconceitos, discriminação e intolerância.

Entretanto, diversos movimentos ao longo de século XX vêm tentando demonstrar que interpretações utilitaristas e pragmáticas sempre estiveram por trás de tais discursos, afinal, como produto da contingência da linguagem, como nos diz Costa (1992), só somos, toleramos ou repudiamos exatamente aquilo que a linguagem nos permite ser, tolerar ou repudiar.

Por outro lado, tais movimentos têm contribuído de forma decisiva para o empoderamento identitário, através do sentimento de pertença, de homens e de mulheres que desejaram viver seus desejos divergindo dos critérios normatizantes.

Subverter discursos, festejar as diferenças e reciclar semanticamente antigos conceitos pejorativos parecem ser a estratégia cultural encontrada por grupos e por pessoas para se firmarem com cidadãos e cidadãs, que por conta de suas preferências, desejos ou aparências, historicamente, foram obrigados ao silêncio e a invisibilidade.

Referências

ALCOBA, Ernest. Prólogo a La edición española. In: TALBURT, Susan y STEINBERG, Shiley R. (Eds.) **Pensando queer: sexualidad, cultura y educación**. Barcelona: Editorial Graó, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. **A Inocência e o vício**. Estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1992.

ERIBON, Didier. **Identidades**. Reflexiones sobre La cuestión gay. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2000.

FRY, Peter e MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. 73. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I – A vontade do saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. **História da sexualidade II - O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984;

_____. **História da sexualidade III – O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Microfísica do Poder**. 16.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GUASCH, Óscar. **La crisis de La heterosexualidad**. Barcelona: Editora Laertes, 2000.

GREEN, James N. e POLITO, Ronald. **Frescos Trópicos: Fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho - ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NAPHY, William. **Born to be gay**. História da homossexualidade. Lisboa: Edições 70, 2006.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro: Editora Caravansarai.2003.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Turismo para gays e lésbicas**. Uma viagem reflexiva. São Paulo: Editora Roca, 2002.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SILVA, Alessandro Soares da. **Marchando pelo Arco-Íris da Política: A Parada do Orgulho GLBT na Construção da Consciência Coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal**.2006. 615 f. Tese (Doutorado) Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

TALBURT, Susan. Introducción: contradicciones y posibilidades Del pensamiento queer. In: TALBURT, Susan y STEINBERG, Shiley R. (Eds.) **Pensando queer: sexualidad, cultura y educación**. Barcelona: Editorial Graó, 2005.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 68 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.